



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

23ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, competência em matéria cível.

Juíza Federal Titular: Dra. Maria Amélia Almeida Senos De Carvalho.

Juíza Federal Substituta: Dra. Luciana Da Cunha Villar.

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 17 a 21 de outubro de 2016, a correição ordinária eletrônica da 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

1. Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório;
2. Evitar que as próximas sentenças sejam classificadas como “vazias”, preenchendo-se todos os campos do sistema Apolo (campo ‘tipo’, no canto direito da página do sistema Apolo), quando do registro do movimento de conclusão;
3. Promover a inserção do tipo de sentença no cabeçalho ou no rodapé da primeira página das sentenças, conforme prevê artigo 5º, parágrafo único, da Resolução CJF nº 535/2006;
4. Regularizar o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

5. Dar andamento aos 34 processos parados;
6. Verificar a situação dos 263 processos listados no "Relatório de Processo Remetidos" (remessa externa) com prazo de devolução vencido;
7. Regularizar os processos assinalados no relatório em que não foi encontrada a ordem judicial determinando o segredo de justiça/sigilo de peças.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conforme o Ofício n.º 12.057/2016– MPF/PR/RJ/GABPC, de 02/09/2016, e Portarias PR-RJ n.º 1.102 e 1.103, de 02/09/2016, foi designado o Procurador da República Leonardo Cardoso de Freitas para acompanhar os trabalhos de Correição Ordinária Eletrônica na 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro, sem que, todavia, tenham comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto, ou apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

Já a Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 11 - DPURJ/SECGABDPC/RJ, de 16 de fevereiro de 2016, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução n.º 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução n.º 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução n.º 16/2010, TRF 2ª Região)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

. Titular: **Dra. Maria Amélia Almeida Senos De Carvalho**, em exercício desde 18/06/2001.

. Substituto: **Dra. Luciana Da Cunha Villar**, em exercício desde 07/01/2013.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 15 servidores, sendo que dentre eles 1 agente de segurança.

Total de Servidores lotados na Vara: 13

Analistas Judiciários: 06

Técnicos Judiciários: 07

Técnico Judiciário/Segurança: 01

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 03

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.

→ ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo Juizados	Correição Agosto/2013	Correição Agosto/2016
Total	3.121	2.451
Suspensos	558	357
Ag. julgamento recurso	336	388



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Tramitação ajustada	2.227	1.706
----------------------------	--------------	--------------

Fonte: Relatório da Correição Ordinária realizada em agosto/2013 e Relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de 07/2016, extraído em 03/08/16.

→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (01/08/2015 até 31/07/2016):

Período	01/08/2015 a 31/07/2016		
Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	4.525	68,66	9
Decisão	943	14,31	9
Sentença	1.122	17,03	14
Total Geral	6.590	100,00	10

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 03/08/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

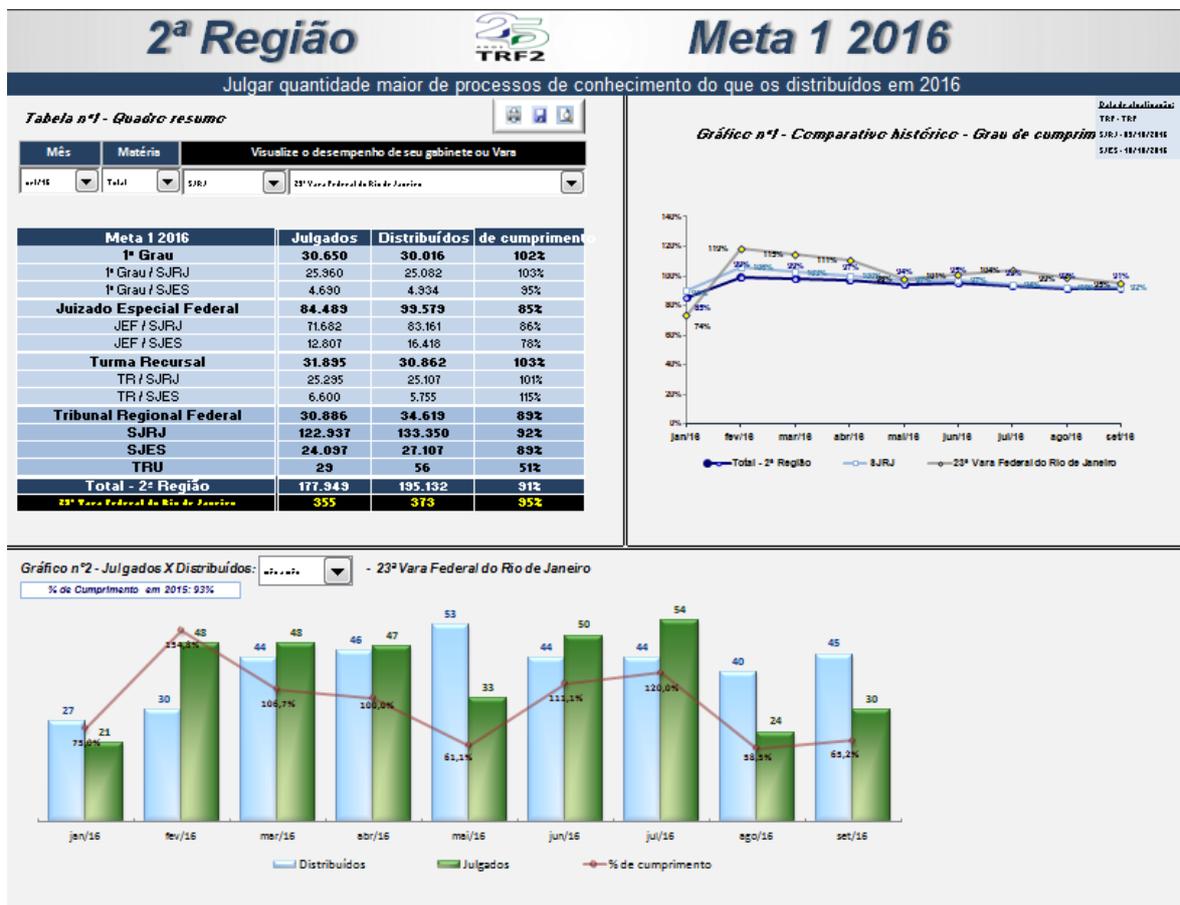
METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
(Resoluções CNJ nº 198 de 1º/7/2014 e nº 204, de 26/8/2015, e Metas 2016, estabelecidas no IX Encontro Nacional do Judiciário).

META 1/2016 - Julgar mais processos que os distribuídos.

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)

1 - Matéria não criminal.

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro a setembro de 2016, foram distribuídos para o órgão correicionado 373 processos e foram julgados 355 processos, de modo que o percentual de cumprimento da meta foi de 95%.





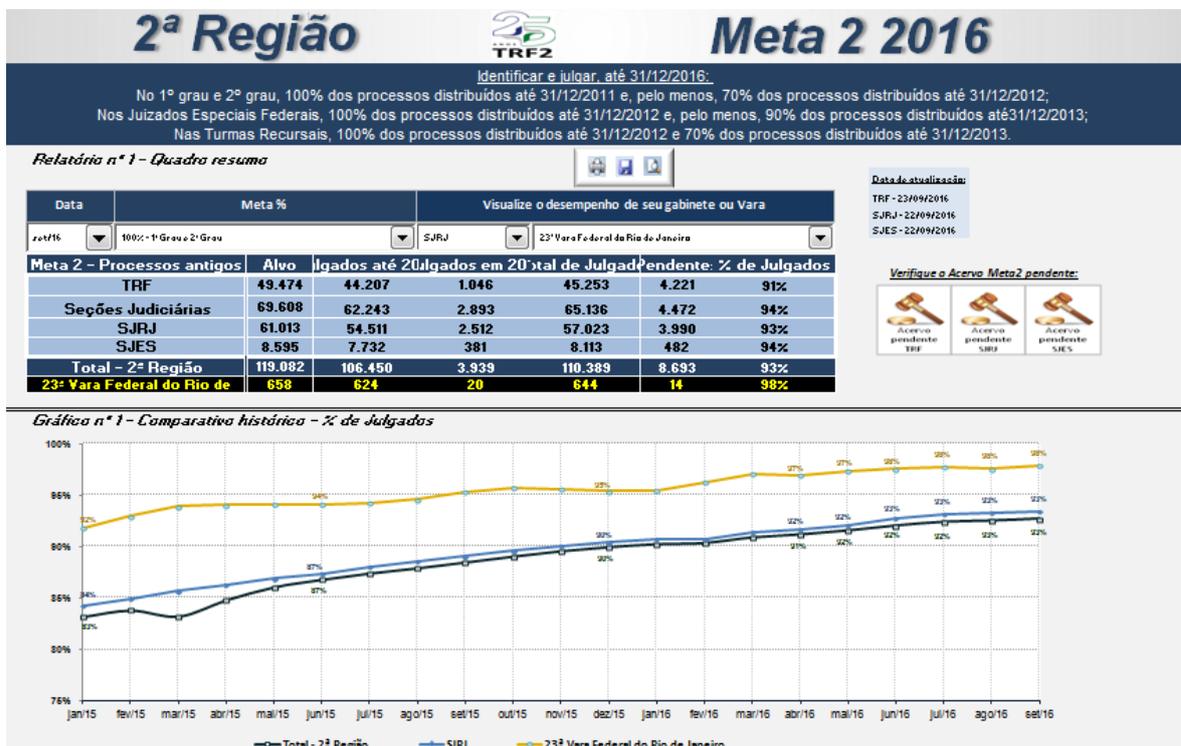
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

META 2/2016 - Julgar processos mais antigos.

(Identificar e julgar, até 31/12/2016, no 1º e no 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, 70% dos distribuídos até 31/12/2012; nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013; nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013)

1 - Identificar e julgar, até 31/12/2016, no 1º e no 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011.

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro de 2015 a julho de 2016, o órgão correicionado cumpriu 98% da meta, havendo 14 processos pendentes.



2 - Identificar e julgar, até 31/12/2016, no 1º e no 2º graus, pelo menos, 70% dos distribuídos até 31/12/2012.

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro de 2015 a julho de 2016, o órgão correicionado cumpriu 97% da meta, havendo 26 processos pendentes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2ª Região
Meta 2 2016

Identificar e julgar, até 31/12/2016:
No 1º grau e 2º grau, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012;
Nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013;
Nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
set/16	70% - 1º Grau e 2º Grau	SJRJ	23ª Vara Federal do Rio de Janeiro			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	72.522	64.045	1.768	65.813	6.709	91%
Seções Judiciárias	95.082	84.083	4.353	88.436	6.646	93%
SJRJ	82.785	73.255	3.670	76.925	5.860	93%
SJES	12.297	10.828	683	11.511	786	94%
Total - 2ª Região	167.604	148.128	6.121	154.249	13.355	92%
23ª Vara Federal do Rio de	944	891	27	918	26	97%

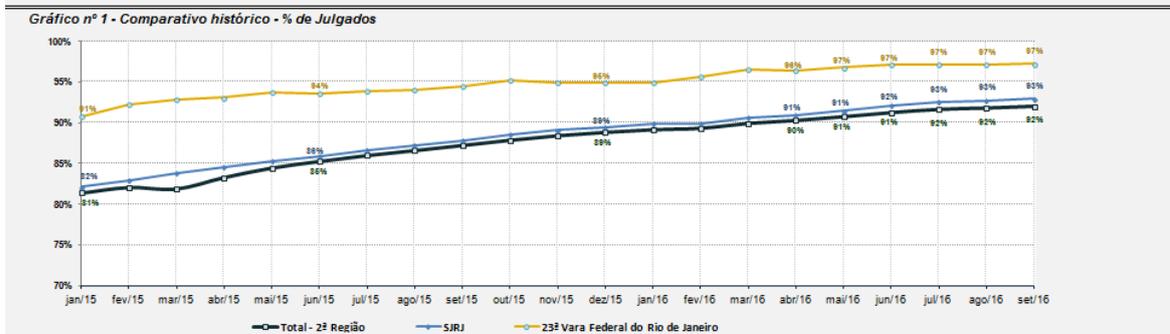
Data de atualização:
TRF - 23/09/2016
SJRJ - 22/09/2016
SJES - 22/09/2016

Verifique o Acervo Meta2 pendente:

Acervo pendente TRF

Acervo pendente SJRJ

Acervo pendente SJES



Em setembro de 2016, o quadro resumo indicava haver 26 processos pendentes:

Ano	2016		
Mês	Setembro		
Vara	23ª Vara Federal do Rio de Janeiro		

Acervo pendente SJRJ

Contar de Processo	Última movimentação		Total geral
Ano distribuído	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	
2002	1	0	1
2007	2	0	2
2008	2	0	2
2009	1	0	1
2010	2	0	2
2011	6	0	6
2012	12	0	12
Total geral	26	0	26

(processos listados no anexo 1)

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

00071949620114025101- Segundo o sistema processual Apolo, trata-se de ação civil pública autuada em 03/06/2011, com 14 réus. Determinada a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

notificação dos réus em 07/06/2011. Decisão em 01/07/2016, extinguindo o feito em relação a alguns réus e determinando a citação dos remanescentes. Petição do MPF às fls. 2097/2099. Deferida a habilitação processual de um dos réus e a citação por edital de outro, em 09/11/2009. Determinada a suspensão do feito em 16/08/2010, até julgamento dos agravos interpostos. Determinada nova citação em 19/01/2012. Deferida a expedição de edital em 14/06/2012. Deferida a inclusão da CEF como assistente em 19/12/2012. Nomeada curadoria especial em 15/03/2013. Às fls. 2.104, em 14/10/2016, foi intimada a Defensoria Pública da União (DPU). Juntada de Petição da DPU, à fl. 2.111, de 17/10/2016, informando que os atendimentos aos assistidos estão suspensos, desde 22/09/2016, encontra-se em greve, e por tal motivo deixa de apresentar Manifestação.

00473985120124025101- Segundo o sistema processual Apolo, trata-se de ação ordinária/servidores públicos, autuada em 13/11/2012. Decisão em 01/04/2013, às fls. 179/180, indeferindo a tutela antecipada requerida pelo autor na inicial. Decisão às fls. 371/373, em 28/11/2013, indeferindo as provas oral e pericial requeridas pelo autor. Despacho às fls. 427, em 30/01/2014, mantendo a decisão agravada e suspendendo o feito até o trânsito em julgado do recurso interposto. Ultimo movimento foi intimação de informação de Secretaria, em 14/10/2016.

00455061020124025101 Segundo o sistema processual Apolo, trata-se de embargos à monitória, autuado em 05/10/2012. Decisão em 22/06/2016, às fls. 994/995, indeferindo os pedidos de expedição de ofício ao Tribunal de Contas da União e de prova pericial. Decisão às fls. 1026/1029, em 23/08/2016, reconsiderando a decisão de fls. 994/995 para deferir a expedição de ofícios solicitada às fls. 988/989. Certidão à fl.1032, em 18/10/2016, informando que não foi interposto recurso contra a decisão de fls. 1026/1029.

00480402420124025101- Segundo o sistema processual Apolo, trata-se de ação ordinária/responsabilidade civil, autuada em 27/11/2012. Decisão em 21/03/2013, às fls. 184/186, deferindo a prova pericial requerida pelo autor. Decisão às fls. 371/373, em 28/11/2013, indeferindo as provas oral e pericial requeridas pelo autor. Despacho às fls. 427, em 30/01/2014, mantendo a decisão agravada e suspendendo o feito até o trânsito em julgado do recurso interposto. Ultimo movimento foi intimação de informação de Secretaria, em 14/10/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00064994520114025101- Segundo o sistema processual Apolo, trata-se de ação de reintegração de posse, autuada em 19/05/2011. Despacho em 02/02/2012, à fl. 102, mantenho a decisão agravada e suspenda-se o feito até o julgamento do agravo de instrumento interposto. Despacho à fl. 320, em 26/07/2016, determinando que a Secretaria expeça o mandado apontado na decisão de fls. 78/83, vez que cientes as partes das decisões proferidas nos Agravos de Instrumento interpostos. Ultimo movimento foi movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado, em 20/10/2016.

3- Identificar e julgar, até 31/12/2016, nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012.

Não se aplica.

4 - Identificar e julgar, até 31/12/2016, nos Juizados Especiais Federais, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

Não se aplica.

META 3/2016: Aumentar os casos solucionados por conciliação (Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça do Trabalho).

Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.

Em razão da não disponibilização dos mapas necessários no Portal de Estatísticas deste Tribunal, não foi possível verificar o cumprimento destas metas.

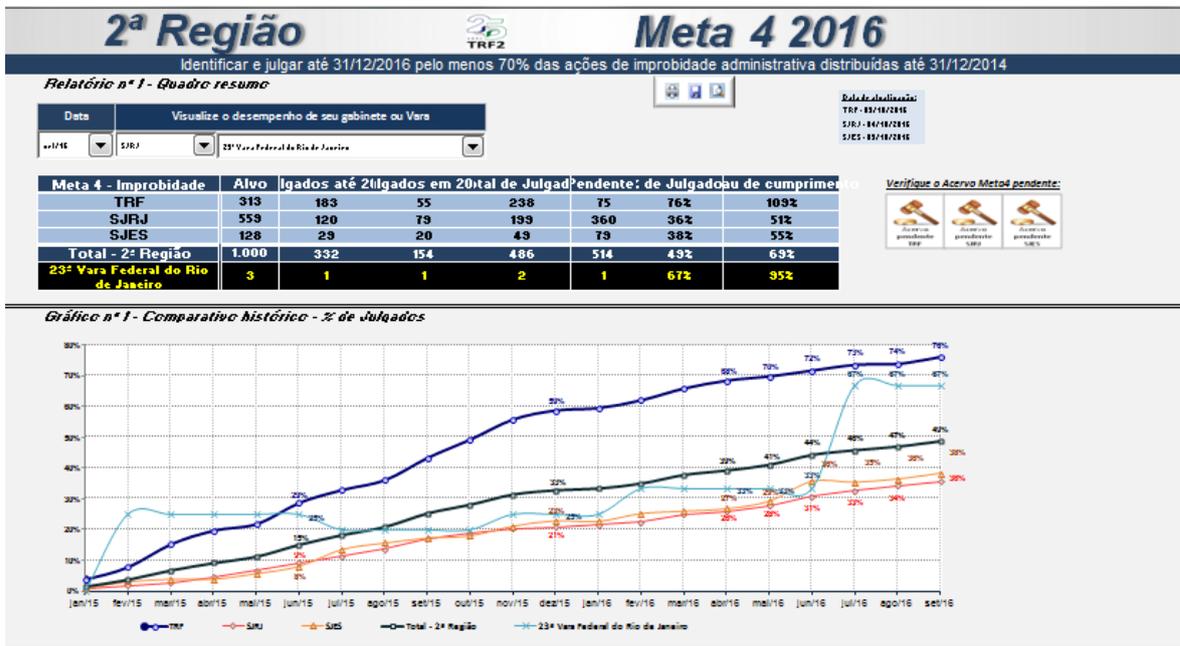
META 4/2016 - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa.

(Identificar e julgar até 31/12/2016 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014)

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro de 2015 a setembro de 2016, o alvo do órgão correicionado era o julgamento de **03 processos e foram julgados 02 processos, de modo que o percentual de cumprimento da meta foi de 67%.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Foi analisado eletronicamente, o seguinte processo:

00071949620114025101 - Segundo o sistema processual Apolo, trata-se de ação civil pública autuada em 03/06/2011, com 14 réus. Determinada a notificação dos réus em 07/06/2011. Decisão em 01/07/2016, extinguindo o feito em relação a alguns réus e determinando a citação dos remanescentes. Petição do MPF às fls. 2097/2099. Deferida a habilitação processual de um dos réus e a citação por edital de outro, em 09/11/2009. Determinada a suspensão do feito em 16/08/2010, até julgamento dos agravos interpostos. Determinada nova citação em 19/01/2012. Deferida a expedição de edital em 14/06/2012. Deferida a inclusão da CEF como assistente em 19/12/2012. Nomeada curadoria especial em 15/03/2013. Às fls. 2.104, em 14/10/2016, foi intimada a Defensoria Pública da União (DPU). Juntada de Petição da DPU, à fl. 2.111, de 17/10/2016, informando que os atendimentos aos assistidos estão suspensos, desde 22/09/2016, encontra-se em greve, e por tal motivo deixa de apresentar Manifestação.

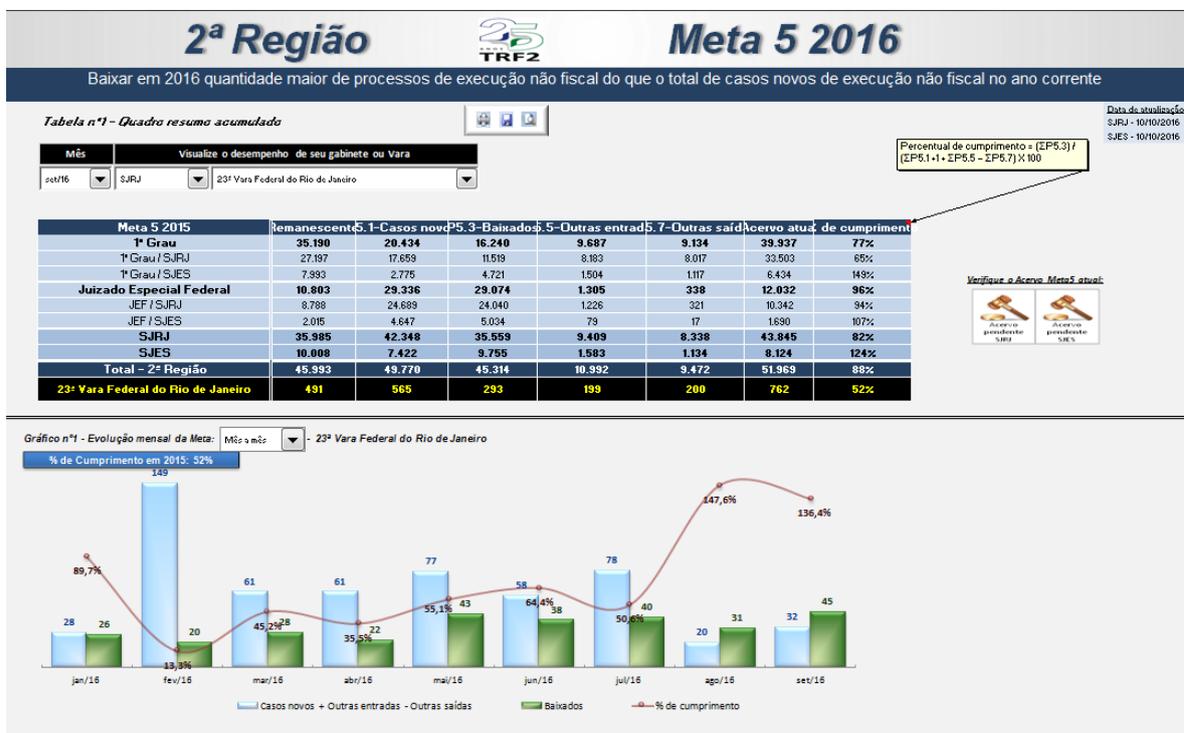


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

META 5/2016 - Impulsionar processos à execução.

(Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não-fiscal do que o total de casos novos de execução não-fiscal no ano corrente)

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro a setembro de 2016, o órgão correccionado cumpriu **52%** da meta.



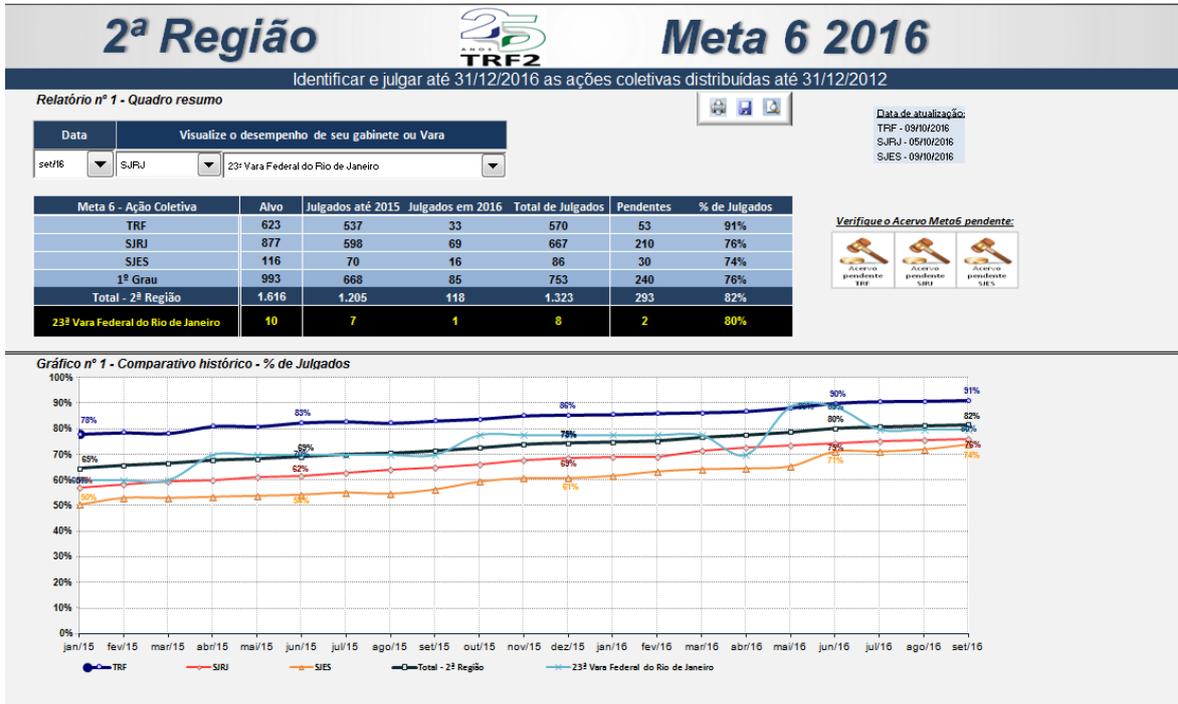
META 6/2016 - Priorizar o julgamento das ações coletivas.

(Julgar 100% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 no 1º e 2º graus)

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro de 2015 a setembro de 2016, o alvo do órgão correccionado era o julgamento de 10 processos e foram julgados 08 processos, de modo que o percentual de cumprimento da meta foi de 80%.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Foram analisados eletronicamente:

00091597520124025101 - Trata-se de ação civil pública autuada em 02/07/2012. Decisão à fl. 18, em 03/07/2012, informando que deixa para analisar o pedido de tutela antecipada após a resposta e determinando a notificação da parte ré. Despacho à fl. 434, em 22/02/2013, dando vista ao Ministério Público federal para que requeira o que entender cabível, em razão da informação que o réu é portador de Mal de Alzheimer conforme certidão de fls. 426. Despacho às fls. 439/440, em 30/04/2013, nomeando perito do juízo, na especialidade de Neurologia. Despacho às fls. 461, em 17/01/2014, Determinando, dentre outras coisas, a citação do réu, tendo em vista o laudo pericial de fls. 458 que atestou ausência de patologia em área neurológica, não se enquadrando a hipótese nos termos do art. 218 do CPC. Decisão às fls. 468/471, deferindo a medida cautelar pleiteada pelo MPF para embargar qualquer construção que esteja sendo levantada no local, a fim de evitar agravamento das lesões, bem como para determinar a demolição das construções levantadas para canalização da água. Decisão às fls. 662/663, em 13/10/2016, deferindo a dilação de prazo requerida pelo Superintendente do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro para que complemente os esclarecimentos solicitados pelo *Parquet* às fls. 571/572, conforme requerido, pelo prazo 20 (vinte) dias, e indeferindo o pedido de levantamento de honorários formulado pelo perito CFBM, tendo em vista que os honorários fixados às fls. 511/512 não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

foram sequer depositados, tendo sido ali estabelecido que seriam pagos ao final pela parte sucumbente, fato de que tomou ciência quando da nomeação.

0006111120124025101 - Trata-se de ação civil pública autuada em 08/05/2012. Decisão à fl. 660, em 25/05/2012, informando que deixa para analisar o pedido de liminar após a resposta e determinando a notificação da parte ré. Decisão em 06/09/2012, fls. 692/693, designando designo audiência de conciliação para o dia 25/10/2012 às 14:00 horas. Decisão à fl. 699/704, em 25/10/2012, deferindo em parte a medida liminar requerida. Despacho em 14/04/2016, à fl.819, determinando que aguarde o julgamento definitivo do agravo de instrumento interposto pela União Federal em face da decisão de fls. 699/704, eis que não consta certidão de trânsito em julgado, conforme andamento processual extraído do sítio eletrônico do Egrégio TRF-2ª Região às fls. 817/818, bem como suspenda-se o feito, conforme determinado às fls. 752. Despacho às fls. 918/919 em 08/08/2016, foi determinado pelo Egrégio TRF-2ª Região que o recurso especial interposto contra o acórdão proferido no Agravo de Instrumento permaneça retido até que seja proferida decisão final nos presentes autos. Ultimo movimento foi movimentação cartorária tipo Manifestação, em 06/10/2016.

META 7/2016 – Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

(Baixar/julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente)

Não se aplica.

META 8/2016 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

(Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano)

Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:
MATÉRIA CÍVEL**

(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)

Analisando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), referente ao mês de setembro/2016, emitidos em 11/10/2016, verificou-se a seguinte situação:

. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO:

Total: 04
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 01
Em trâmite: 03

. AÇÃO POPULAR:

Total: 05
Suspensos: 01
Ag. Recurso TRF: 02
Em trâmite: 02

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA:

Total: 13
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 5
Em trâmite: 08

. AÇÃO DE USUCAPIÃO:

Total: 03
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 01
Em trâmite: 03



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO:

Total: 06
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 01
Em trâmite: 05

. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE

Total: 43
Suspensos: 0
Ag. Recurso TRF: 01
Em trâmite: 42

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

01155943420164025101: mandado de segurança coletivo/outros. fiscalização/exercício profissional. Liminar indeferida a fls. 285/286. Sentença tipo "A" denegando a segurança (publicada em 12/04/2016). Em 03 de maio de 2016, ao apelado para contrarrazões, após ao Ministério Público Federal, em seguida, a este Tribunal (publicado em 10/05/2016).

00086501820104025101: mandado de segurança coletivo/tributário. Compensação tributária. contribuição previdenciária. Sentença tipo "C" indeferindo a inicial e julgando extinto o processo, sem resolução do mérito. Processo suspenso aguardando julgamento de recursos a partir de 12/07/2016.

00238791320134025101: mandado de segurança coletivo/tributário. Deliberação judicial mantendo a decisão agravada - que deferiu parcialmente a liminar - por seus próprios fundamentos. ao MPF, conforme parte final de fls. 288/300.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00093877920144025101: ação de usucapião. Em 12 de maio de 2016, determinação para que o autor regularize sua representação processual no prazo de 10 dias, sob pena de extinção. Em 19 de setembro de 2016, determinação judicial para que junte a notificação determinada no artigo 112 do CPC à petição de renúncia, sob pena de ineficácia do ato (publicada em 29/09/2016).

00115149220114025101: ação de desapropriação. Processo físico. Sentença tipo "A" julgando procedente o pedido, subscrita em 09/03/2016 e publicada em 07/04/2016.

00001434420054025101: reintegração/manutenção de posse. Processo distribuído por dependência em 30/06/2011. Processo físico. com baixa em 10/10/2016, face à falta de interesse do autor (publicado em 06/07/2016).

00612622020164025101: reintegração/manutenção de posse. Sentença tipo "C" julgando extinta a ação com base no artigo 485, VI do NCPC.

00047199019994025101: ação civil pública processo físico. Sentença tipo "A" julgando parcialmente procedente o pedido formulado para condenar as rés a pagar indenização no valor de dois milhões de reais, subscrita em 19/05/2016 e publicada em 01/06/2016.

00104362019984025101: ação popular processo físico distribuído em 03/06/1998. Aguarda publicação de decisão judicial subscrita em 17/10/2016.

00047215520024025101: ação popular /improbidade. Processo físico distribuído automaticamente em 02/04/2002. Feito suspenso, aguardando o julgamento do RE 852.475-RG, subscrito em 03/08/2016 e publicado em 26/08/2016.

00161357420074025101: ação popular/improbidade. Processo físico distribuído em 18/06/2007. Despacho publicado em 20/10/2016 determinando a expedição de ofícios e ao MPF para que indique um fiel depositário do veículo penhorado.

01067803320164025101: ação civil pública improbidade administrativa. Processo virtual autuado em 07/08/2016. Despacho determinando o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

desentranhamento de documentos e substituição por outros, conforme o requerido. Deliberação subscrita e registrada no sistema em 22/09/2016.

Mapas: Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos ao mês de setembro/2016, Planilha Apolo Excel - Intimados, Portal de Estatísticas, acervo por classe e situação do processo, consultas ao Sistema Apolo, **posição até 21/10/2016**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ AUDIÊNCIAS (DE 01/10/2015 A 30/09/2016)
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 95 audiências designadas, sendo a primeira de 01/10/2015 e a última de 27/09/2016.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS

1. INICIAIS

(Artigos 305 a 316 da CNCR)

Foi encontrado no Sistema Apolo o seguinte local virtual para iniciais: "análise de iniciais"

De acordo com o informado no item 2.2 do Questionário pré correição, determinado servidor autua processos e junta petições e guias relativos aos processos de mandado de segurança, ação popular, ação civil pública e ação de improbidade e todo processamento de todos os atos referentes a estes processos. Afora as ações mencionadas acima, as iniciais são autuadas de acordo com o número final do processo: processos com finais 0 e 2 são analisados por determinada servidora; finais 1 e 3 por outra servidora; um outro servidor analisa os processos de finais 6 e 7 e outra servidora autua iniciais dos processos finais 4 e 8, cabendo a outro servidor autuar iniciais dos processos finais 5 e 9, aplicando o TP pertinente.

No item 3.11 foi dito que não existem processos aguardando despacho inicial, analisados os 30 dias anteriores à data do levantamento.

Fonte: Questionário de pré correição. Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário) e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

2. BALCÃO DE ENTRADA

- a. Documentos: 05
- b. Sendo o mais antigo de 18/10/2016 14:19h

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 18/10/2016, às 14:52h.

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Segundo o Questionário de pré correção/2016, a Vara possui um manual para orientar os servidores quanto à tramitação dos feitos físicos, bem como um fluxograma para os virtuais, ambos disponíveis na pasta "K". Neles estão escritos os procedimentos de recebimento das iniciais, autuação, exame das medidas de urgência e verificação de prevenção (fls. 20 do Questionário).

Os servidores responsáveis pela análise das iniciais são os mesmos que efetuam diariamente a verificação da prevenção, conforme ordem de entrada no BALCÃO DE ENTRADA. Cada grupo de processos tem um servidor responsável por esta análise e posterior processamento, conforme dito anteriormente.

Fonte: Questionário de Pré correção/2016.

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO (Arts. 227 da CNCR)

Posição em	10/10/2016
Conclusão até	10/10/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	1	100,00
Decisão	0	0,00
Sentença	0	0,00
Total Geral	1	100,00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 10/10/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)**

Posição em	10/10/2016
Último Movimento até	10/10/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	34	100,00
Mais de 60	0	0,00
Total Geral	34	100,00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 10/10/2016.

**6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)
(Arts. 180 e 318 da CNCR).**

Aguardando juntada em 10/10/2016, 19 documentos, sendo o mais antigo de março de 2016, referente ao processo n.º 00432546419944025101 (petição n. 2016.0023.000294-9).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições.

**7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS
JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).**

Existem os seguintes locais virtuais de controle de prazo:

- aguardando publicação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- AR - aguardando retorno
- expedientes e petições AG. RETORNO DOS AUTOS DO TRF
- prazo - 05 dias
- prazo - 10 dias
- prazo - 15 dias
- prazo - 20 dias
- prazo - 48 horas
- prazo 60 dias
- prazo MS/ACP/AC
- suspensão (por diversos motivos).

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 10/10/2016.

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Foram verificados os seguintes locais virtuais:

- alvará - aguardando cadastro
- alvará - aguardando retirada
- alvará - conferência
- carta precatória - aguardando expedição
- contador - remessa
- edital - aguardando expedição
- mandado - aguardando expedição
- mandado de audiência - aguardando expedição
- mandado TUTLIN - aguardando expedição
- ofício expedição - gabinete
- perito a intimar

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 10/10/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Art. 189 da CNCR)**

Posição em	10/10/2016
------------	------------

Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	5
Documento	46
Total Geral	51

→ Foram analisados os seguintes processos:

Matéria Cível (Eletrônicos):

00043937620124025101: regular a informação no sistema Apolo de segredo de Justiça no sistema, bem como a ordem judicial respectiva (em 12/03/2015).

05038732020164025101: carta rogatória com regular informação de segredo de justiça no sistema.

00449207119924025101: execução por título extrajudicial, processo físico com regular informação no sistema Apolo de sigilo de peças. **Smj, não foi encontrada a ordem judicial de sigilo de peças.**

00449971219944025101: execução por título extrajudicial, processo físico com regular informação no sistema Apolo de sigilo de peças. **Smj, não foi encontrada a ordem judicial explícita determinando o sigilo de peças.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00124021819984025101: regular a informação no sistema Apolo de sigilo de peças. **Smj, não foi encontrada a ordem judicial explícita determinando o sigilo de peças.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 10/10/2016.**

10.PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	10/2015 a 09/2016
	Processos	7.146
	Boletins	299
	Média (Proc. / Bol.)	23,90
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	12,36

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 10/10/2016.

11.PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam 263 processos com prazo vencido, na seguinte situação:

47 processos remetidos ao autor.

04 processos com o Ministério Público Federal

1 processo com o perito acompanhando processo apensado;

14 processos com a Advocacia Geral da União

10 processos com a Defensoria Pública da União;

107 processos ENGEA e/ou CEF com o autor.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

01 processo na Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
07 processos - ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
02 processos no Banco Central
01 com a procuradoria do Município do Rio de Janeiro
11 processos com a Procuradoria da Fazenda Nacional/AGU
34 processos com a União Federal
25 processos com uma das partes (IPHAN, IBGE, INSS, CCCPMM, DNIT, etc)

Sendo os mais antigos:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
00081406419944025101	autor	03/05/1994	09/05/1994	8.206
00640825219924025101	autor	12/08/1994	12/09/1994	8.080
00074166019944025101	autor	10/10/1994	21/10/1994	8.038
00104617219944025101		20/10/1994	28/10/1994	8.034
00086143519944025101		20/10/1994	31/10/1994	8.031

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 10/10/2016, referente ao período de 01/01/1900 a 11/10/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **SUSPENSÃO DE PROCESSOS CÍVEIS**

1. Número total de processos suspensos (em 13/10/2016): 841

Cíveis: 841

2. Análises dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar.

CÍVEL:

a) Aguarda decisão de instância superior: 480

00250324819944025101: cumprimento de sentença. Processo físico suspenso a partir de 04/05/2009. Ordem judicial de suspensão publicada em 10/07/2008, até julgamento dos embargos à execução processo n. 9800472193.

00189097720074025101: ação renovatória. Processo físico suspenso a partir de 25/02/2010. Ordem judicial de suspensão em audiência de 25/05/2010.

00124006319894025101: ação ordinária a classificar, processo físico suspenso a partir de 15/05/2010 até retorno dos autos n. 200951010124963.

00180449820004025101: cumprimento de sentença, processo físico suspenso a partir de 11/11/2010 para aguardar o julgamento final do agravo de instrumento. Ordem judicial publicada em 12/11/2010.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00145845920074025101: procedimento ordinário, processo físico suspenso a partir de 17/12/2010 até julgamento definitivo do agravo de instrumento. Ordem judicial publicada em 17/12/2010.

b) Cumprimento Precatório/RPV: 62

00282791220094025101: procedimento ordinário processo físico suspenso a partir de 13/06/2013, até o julgamento dos agravos interpostos em face das decisões de fls.397/401 que inadmitiram o RE e o REsp. Ordem judicial publicada em 05/06/2016.

02436488219004025101: procedimento ordinário, processo físico suspenso a partir de 21/08/2014, aguardando pagamento do requisitório. Ordem judicial de suspensão publicada em 25/08/2014.

00444729720124025101: execução de sentença contra a fazenda pública. Processo virtual suspenso a partir de 10/09/2014 aguardando o pagamento dos requisitórios. Ordem judicial publicada em 10/09/2014.

00070156520114025101: procedimento ordinário, processo virtual suspenso a partir de 30/10/2014, ordem judicial publicada em 15/10/2014.

00159919020134025101: execução de sentença contra a fazenda pública. Processo virtual suspenso a partir de 19/11/2014 aguardando o pagamento dos requisitórios. Ordem judicial publicada em 10/09/2014.

c) Embargos à Execução: 60



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00167224320004025101: cumprimento de sentença. Processo físico suspenso a partir de 17/09/2010. Ordem judicial de suspensão publicada em 20/09/2010.

00155574820064025101: execução de sentença contra fazenda pública, processo suspenso a partir de 11/11/2010. Ordem judicial de suspensão publicada em 21/11/2010.

00786209619964025101: cumprimento de sentença. Processo físico suspenso a partir de 10/01/2009. Ordem judicial de suspensão publicada em 17/12/2010.

00081964320074025101: procedimento ordinário processo físico suspenso a partir de 10/02/2011. Ordem judicial de suspensão publicada em 11/02/2011.

00195639320094025101: execução de sentença contra fazenda pública, processo suspenso a partir de 02/03/2011. Ordem judicial de suspensão publicada em 03/03/2011.

d) **Não localização do devedor/bens** - art. 921 III e § 1º do NCPC; 01 processo:

00279847220094025101: ação monitória processo físico suspenso a partir de 30/09/2016. Ordem judicial de suspensão publicada em 26/09/2016.

e) **Outras suspensões - processos de conhecimento:** 18 processos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00226675019964025101: agravo de instrumento processo físico suspenso a partir de 26/02/2003, remetidos a este Tribunal. Ordem judicial registrada no sistema em 06/02/1997.

00248348419894025101: agravo de instrumento processo físico suspenso a partir de 26/02/2003, remetidos a este Tribunal. Ordem judicial registrada no sistema em 23/08/1996.

00250467119904025101: agravo de instrumento processo físico suspenso a partir de 26/02/2003, remetidos a este Tribunal. Ordem judicial registrada no sistema em 15/09/1995.

00437817919954025101: agravo de instrumento processo físico suspenso a partir de 26/02/2003, remetidos a este Tribunal. Ordem judicial registrada no sistema em 31/05/1996.

00683548919924025101: agravo de instrumento processo físico suspenso a partir de 26/02/2003, remetidos a este Tribunal. Ordem judicial registrada no sistema em 01/10/1992.

f) Outras suspensões – processos de execução: 07 processos

00241395719944025101: procedimento ordinário, processo físico suspenso a partir de 07/03/2005 em razão da interposição de embargos. Ordem judicial de suspensão da execução publicada em 21/10/2004. Smj, recadastrar o motivo específico, conforme ordem judicial citada.

00105094520054025101: execução por título extrajudicial, processo físico suspenso a partir de 06/03/2007 para aguardar julgamento do processo n. 2004.51.01.016643-1. Ordem judicial publicada em 28/02/2007.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00339754420004025101: execução por título extrajudicial, processo físico suspenso a partir de 15/06/2007 em razão da oposição de embargos à execução. Ordem judicial publicada em 13/06/2007.

00078909419954025101: cumprimento de sentença processo físico suspenso a partir de 08/11/2007. Ordem judicial de suspensão publicada em 18/09/2007.

00072182319944025101: cumprimento de sentença processo físico suspenso a partir de 29/02/2008, **face à interposição de embargos.** Ordem judicial de suspensão publicada em 10/01/2008.

g) **OUTROS - FASE DE CONHECIMENTO:** 102 processos

00189155520054025101: procedimento ordinário, processo físico suspenso a partir de 09/11/2010, em face da apelação interposta e remessa a este TRF. Ordem judicial de suspensão publicada em 18/01/2008. **Smj, recadastrar o motivo de suspensão específico, conforme ordem judicial já citada.**

00192137620074025101: ação renovatória de locação, processo físico suspenso a partir de 13/06/2011. Ordem judicial de suspensão até comprovação do julgamento da ação prejudicial.

00049266920114025101: procedimento ordinário, virtual, processo suspenso a partir de 01/12/2011. SFH. Ordem judicial de suspensão até decisão definitiva no agravo de instrumento subscrita em 14/09/2011.

00170323420094025101: execução por título extrajudicial, processo físico suspenso a partir de 13/12/2011. consta sentença tipo "C" subscrita em 11/12/2009, extinguindo a execução, nos termos do artigo 794, I do CPC, publicada em 17/03/2010. Processo vinculado à



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

restauração de autos n. 00187950220114025101. **Smj, verificar a subsistência da condição de suspensão, já que a execução encontra-se extinta por pagamento do devedor.**

00187726120084025101: ação de imissão na posse. Processo físico suspenso a partir de 14/06/2012. Ordem judicial de suspensão publicada em 15/04/2009. Processo suspenso até o julgamento definitivo do processo nº 2008.5101009004-3, revogada a liminar anteriormente concedida às fls. 12/13.

h) **OUTROS - FASE/PROCESSO EXECUÇÃO:** 46 processos

00210523920074025101: embargos à execução. Processo físico suspenso a partir de 26/08/2010. Ordem judicial de suspensão até o cumprimento dos requisitos da execução de sentença contra a Fazenda Pública nº 2007.51.01.003179-4 (publicada em 30/03/2010).

00069317420054025101: mandado de segurança individual, processo físico suspenso a partir de 05/12/2011. Suspenso até julgamento definitivo no agravo de instrumento nº2011.02.01.011893-1. **Smj, recadastrar o motivo de suspensão conforme a decisão judicial citada.**

00236255520044025101: procedimento ordinário, processo físico suspenso a partir de 21/03/2013. Suspenso até o julgamento dos Embargos à execução nº 0003613-05.2013.4.02.5101. **Smj, recadastrar no motivo " embargos à execução", nos termos da decisão judicial. publicada em 21/03/2013.**

00191207420114025101: procedimento ordinário, processo virtual suspenso a partir de 22/07/2014. Ordem judicial de suspensão para aguardar o julgamento definitivo dos embargos à execução processo n. 0100471-64.2014.4.02.5101 (publicada em 08/04/2014). **Smj,**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

recadastrar no motivo "embargos à execução", nos termos da decisão judicial. publicada em 21/03/2013.

00779208619974025101: cumprimento de sentença processo físico suspenso a partir de 15/08/2014, **face à interposição de agravo de instrumento.** Ordem judicial de suspensão publicada em 25/07/2014.

i) **PARCELAMENTO:** 01 processo

00605027620134025101: execução por título extrajudicial processo eletrônico suspenso a partir de 24/08/2015. Ordem judicial de suspensão publicada em 12/08/2015.

j) **RECURSO REPETITIVO:** 04 processos

00213060720104025101: procedimento ordinário, processo virtual suspenso a partir de 12/01/2016. Ordem judicial de suspensão para aguardar o julgamento definitivo do **RE paradigma n. 855.178/SE** (publicada em 17/12/2015).

01385221320154025101: procedimento ordinário, processo virtual suspenso a partir de 13/01/2016. FGTS. Ordem judicial de suspensão para aguardar o julgamento definitivo do REsp paradigma (decisão publicada em 12/01/2015).

01195880720154025101: procedimento ordinário, processo virtual suspenso a partir de 03/02/2016. Ordem judicial de suspensão para aguardar o julgamento definitivo do REsp paradigma (decisão publicada em 10/12/2015).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00251884520084025101: procedimento ordinário, processo virtual suspenso a partir de 29/04/2016. Ordem judicial de suspensão nos termos da Resolução n. 16 de 11/05/2011 (publicada em 01/04/2016).

k) **REPERCUSSÃO GERAL:** 48 processos

00047328919994025101: procedimento ordinário, processo físico suspenso a partir de 19/07/2011. Ordem judicial de suspensão para aguardar o julgamento definitivo do RE paradigma n. 561836/RN (recurso repetitivo representativo de controvérsia), tendo sido remetido a este Juízo apenas por força da Resolução nº 16 de 2011 da Presidência do TRF da 2ª Região. Sendo assim, suspenda-se o feito até o julgamento definitivo do Agravo de Instrumento nº 479969 (publicada em 20/07/2011).

00184695220054025101: procedimento ordinário, processo físico suspenso a partir de 25/07/2011. Ordem judicial de suspensão para aguardar o julgamento definitivo dos AI 427.517; AI 730.606; AI 741.303; AI 754.562; RE 576.675; RE 597.064; RE 601.112 e RE 601.137 (publicada em 22/07/2011).

00141426920024025101: procedimento ordinário, processo físico suspenso a partir de 26/07/2011. Ordem judicial de suspensão para aguardar o julgamento até o julgamento definitivo dos Agravos de Instrumento nºs 727.517, 730.606, 741.303 e 754.562, bem como dos Recursos Extraordinários nºs 576.675, 597.064, 601.112 e 601.137 conforme apontados às fls.721) (publicada em 27/07/2011).

00057027920054025101: procedimento ordinário, processo físico suspenso a partir de 19/07/2011. Ordem judicial de suspensão para aguardar o julgamento definitivo do RE paradigma n. 561836/RN (recurso repetitivo representativo de controvérsia), tendo sido remetido a este Juízo apenas por força da Resolução nº 16 de 2011 da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Presidência do TRF da 2ª Região. Sendo assim, suspenda-se o feito até o julgamento definitivo do Agravo de Instrumento nº 479969. (publicada em 20/07/2011).

00267957420004025101: mandado de segurança individual, processo físico suspenso a partir de 12/08/2011. Ordem judicial de suspensão para aguardar o julgamento definitivo do RE n. 598.085 (publicada em 12/08/2011).

l) Suspenso aguardando julgamento de recurso: 14 processos

00447495119914025101: procedimento ordinário, processo físico suspenso a partir de 15/09/2004. ordem judicial determinando a suspensão para que se aguarde o julgamento final da ação rescisória (publicado em 18/06/2004).

00110538219954025101: procedimento ordinário, processo físico suspenso a partir de 23/01/2006. Ordem judicial determinando a suspensão para que se aguarde o julgamento final dos agravo de instrumento (publicado em 02/02/2005).

00028627220004025101: cumprimento de sentença processo físico suspenso a partir de 10/04/2007. **Ordem judicial de suspensão em razão da oposição de embargos** (registrado no sistema em 10/04/2007).

00224390220014025101: execução por título extrajudicial processo físico suspenso a partir de 09/05/2007. Ordem judicial de suspensão do feito até julgamento da apelação cível interposta nos Embargos à Execução nº 2006.51.01.015121-7 (publicada em 02/05/2007)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00004633120044025101: processo físico mandado de segurança processo suspenso a partir de 06/11/2007. Ordem judicial determinando aguardar o julgamento dos agravos n. 2007.02.01.010168-0 e 2007.02.01.010167-8.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 13/09/2016, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 19/10/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **SENTENÇAS**
(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 814

- a. Com Resolução de Mérito - Concedida a Segurança: 08
- b. Com Resolução de Mérito - Concedida em parte a Segurança: 04
- c. Com Resolução de Mérito - Concedido(a) em parte: 02
- d. Com Resolução de Mérito - Declarada decadência ou prescrição: 04
- e. Com Resolução de Mérito - Denegada a Segurança: 21
- f. Com Resolução de Mérito - Embargos de Declaração Acolhidos: 18
- g. Com Resolução de Mérito - Embargos de Declaração Acolhidos em Parte: 06
- h. Com Resolução de Mérito - Embargos de Declaração Não-acolhidos: 37
- i. Com Resolução de Mérito - Extinta a execução ou o cumprimento da sentença: 17
- j. Com Resolução de Mérito - Extinta a punibilidade por prescrição: 01
- k. Com Resolução de Mérito - Homologada a Transação: 18
- l. Com Resolução de Mérito - Homologada renúncia pelo autor: 04
- m. Com Resolução de Mérito - Julgado improcedente o pedido: 102
- n. Com Resolução de Mérito - Julgado procedente em parte do pedido: 40
- o. Com Resolução de Mérito - Julgado procedente o pedido: 84
- p. Com Resolução de Mérito - Julgado procedente o pedido - reconhecimento pelo réu: 01
- q. Convertidas em diligência: 06
- r. Convertido(a) o(a) Julgamento em Diligência: 53
- s. de Expediente: 01
- t. Em Embargos de Declaração Acolhidos: 04
- u. Em Embargos de Declaração Acolhidos em Parte: 01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- v. Em Embargos de Declaração Não Conhecidos: 09
- w. Em Embargos de Declaração Rejeitados: 02
- x. Extinção da Punibilidade - Transação/Cumprimento Condições: 01
- y. Resolução de Mérito - Conciliação/Transação Homologada: 04
- z. Resolução de Mérito - Extinção da Execução: 06
- aa. Resolução de Mérito - Pedido Improcedente: 46
- bb. Resolução de Mérito - Pedido Procedente: 15
- cc. Resolução de Mérito - Pedido Procedente em Parte: 09
- dd. Sem Resolução do Mérito: 140
- ee. Sem Resolução do Mérito - Desistência da Ação: 11
- ff. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por abandono da causa pelo autor: 04
- gg. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por ausência das condições da ação: 20
- hh. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais: 06
- ii. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por desistência: 36
- jj. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por Perempção, litispendência ou coisa julgada: 04
- kk. Sem Resolução do Mérito - Indeferida a petição inicial: 26
- ll. Sem Resolução do Mérito - Indeferimento de Petição Inicial: 18
- mm. **Vazias: 25**

➔ **REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA**

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação a classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Corregedoria-Regional (Provimento nº 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0127896-66.2014.4.02.5101 – Anulação de despacho proferido em processo administrativo.

0141906-81.2015.4.02.5101 – Isenção de PIS de entidade sem fins lucrativos.

0131324-56.2014.4.02.5101 – anulação de auto de infração, em virtude de problemas no sistema SISCOMEX.

0129957-60.2015.4.02.5101 – anulação de crédito tributário decorrente de COFINS, em virtude de prescrição.

0127896-66.2014.4.02.5101 – Compensação de IRPJ, por lançamento em equívoco.

0124799-92.2013.4.02.5101 – Anulação de crédito tributário, em virtude do pagamento por compensação.

0119497-14.2015.4.02.5101 – anulação de auto de infração, em virtude de não retenção de IR de único debenturista fundo de investimento.

2. Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0009735-83.2003.4.02.5101

0022081-56.2009.4.02.5101

0029603-90.2016.4.02.5101

0135421-65.2015.4.02.5101

0181747-20.2014.4.02.5101 – No corpo da sentença consta “Sentença (A)”.

3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

As seguintes sentenças foram analisadas:

0006809-75.2016.4.02.5101 – Consta apenas “Sentença (B)” no corpo da sentença.

0037218-34.2016.4.02.5101 - Consta apenas “Sentença (B)” no corpo da sentença.

0051157-18.2015.4.02.5101 - Consta apenas “Sentença (B)” no corpo da sentença.

0065615-40.2015.4.02.5101 - Consta apenas “Sentença (B)” no corpo da sentença.

0125317-14.2015.4.02.5101 - Sem classificação no corpo da sentença

0132779-22.2015.4.02.5101 – No corpo da sentença consta “Sentença Tipo A”.

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0500020-03.2016.4.02.5101

0128165-71.2015.4.02.5101

0502572-72.2015.4.02.5101

0034333-47.2016.4.02.5101

3.1 Sem classificação no corpo da sentença:

0148938-40.2015.4.02.5101

0500496-41.2016.4.02.5101

0006666-86.2016.4.02.5101

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 25/10/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):**

De acordo com o questionário pré-correição:

“Os feitos com prioridade legal ou incluídos em Metas do CNJ, quando tramitam na forma física, são devidamente identificados por etiqueta e, na forma eletrônica, por identificadores no sistema a fim de possibilitar a tramitação mais célere.”

➔ **LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE**

Segundo o questionário pré-correição:

“Os processos físicos são encaminhados ao Gabinete pela Secretaria, já com conclusão aberta, tanto para decisão quanto para sentença, e localizados em escaninhos próprios, sendo feita uma separação entre aqueles que já possuem indicação de TP e aqueles que necessitam de uma maior análise pela Juíza sobre o entendimento a ser adotado. Em cada um destes processos é anexada uma folha de papel com a data da abertura da conclusão, para um controle direto e visual tanto pelo gabinete quanto pela magistrada, acerca dos processos mais antigos existentes no gabinete.

Quanto aos processos eletrônicos, estes também são separados em escaninhos virtuais próprios (com indicação de TP e sem indicação de TP, para que seja feita uma análise da conclusão), sendo certo que, quando do encaminhamento dos autos, deve constar no motivo a data de abertura da conclusão, para que facilite o controle visual da ordem cronológica das conclusões.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Além disso, são impressos relatórios de processos concluídos à Juíza para acompanhamento e controle dos prazos para a prolação das sentenças..”

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.3.2. e 3.3.4.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ EXECUÇÃO
(art. 333 da CNCR)

1. FASE 18:

			Trâmite	Total
Processos	23ª Vara Federal do Rio de Janeiro	Não Informada	246	246
		Registro Sentença Antiga	1	1
Total			247	247

Regularizar o lançamento da fase 247 nos processos já sentenciados, sem tal fase informada, se for o caso.

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 11/10/2016.

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (de 01/08/2015 a 31/07/2016):
(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Físicos: 148
- b. Eletrônicos: 43
- c. Total de requisições: 191

d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 1.639 dias.

- RPV's:

- . Cadastrados: 42
- . Enviados: 69

- Precatórios (Parcela única):

- . Cadastrados: 03
- . Enviados: 77

- Precatórios Parcelados: 00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraído em 17/10/2016.

→ **GRANDES DÉBITOS**
(Arts. 272 e 273 da CNCR)

NÃO SE APLICA

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, d).

→ **PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD**
(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)

Conforme informação prestada no questionário pré-correição do juízo correicionado:

“Sistema BACENJUD (Resoluções 61/08 CNJ, 524/06 –CJF e 21/08 – TRF2) e RENAJUD:

BACENJUD

0007194-96.2011.4.02.5101
0007194-96.2011.4.02.5101
0009568-85.2011.4.02.5101
0158709-42.2015.4.02.5101
0157299-46.2015.4.02.5101
0131060-05.2015.4.02.5101
0047893-95.2012.4.02.5101
2009.51015263011
0013087-63.2014.4.02.5101
0015729-09.2014.4.02.5101
0013736-28.2014.4.02.5101
0018888-62.2011.4.02.5101



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0014190-08.2014.4.02.5101
0160747-27.2015.4.02.5101
0161931-18.2015.4.02.5101
0105181-93.2015.4.02.5101
0158292-89.2015.4.02.5101
0010743-51.2010.4.02.5101
0149668-51.2015.4.02.5101
0117552-89.2015.4.02.5101
0105759-56.2015.4.02.5101
0128687-98.2015.4.02.5101
0157694-38.2015.4.02.5101
0080080-54.2015.4.02.5101
200651010127616
200751010145799
0008067-62.2012.4.02.5101
0014067-10.2014.4.02.5101
0131056-65.2015.4.02.5101
0004427-80.2014.4.02.5101
0061213-81.2013.4.02.5101
0007984-75.2014.4.02.5101
0004442-49.2014.4.02.5101
0153603-36.2014.4.02.5101
0004425-13.2014.4.02.5101
0006390-26.2014.4.02.5101
200851010143485
200951010134610
0002194635
9200592929
200051010147807
0135238-94.2015.4.02.5101
0138897-14.2015.4.02.5101
0114923-45.2015.4.02.5101
0115893-45.2015.4.02.5101
0010903-37.2014.4.02.5101
0117972-94.2015.4.02.5101
0008441-73.2015.4.02.5101
0106389-15.2015.4.02.5101
0118015-31.2015.4.02.5101



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0003522-07.2016.4.02.5101
200951010288509
200751010149124
200651010016430
201051010001820
200451010029439
9800279695
200951010013200
0033067-30.2013.4.02.5101
0053641-40.2014.4.02.5101
0053300-14.2014.4.02.5101
0060720-07.2013.4.02.5101
200551010192290
200651010193467
0004424-28.2014.4.02.5101
0009865-87.2014.4.02.5101
0053665-68.2014.4.02.5101
0024949-60.2016.4.02.5101
0009187-72.2014.4.02.5101
200451010029439
0002075-52.2014.4.02.5101
0030134-84.2013.4.02.5101
0016397-19.2010.4.02.5101
200551010041493
200551010248099
200651010009826
200251010001913
0009627-68.2014.4.02.5101
0024103-48.2013.4.02.5101
0062264-30.2013.4.02.5101
0005084-22.2014.4.02.5101
0014612-85.2011.4.02.5101
0018686-46.2015.4.02.5101
0061856-39.2013.4.02.5101
0062685-20.2013.4.02.5101
0508004-82.2009.4.02.5101
0508004-82.2009.4.02.5101
200651010124846



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

200551010136807
0018678-40.2013.4.02.5101
0019308-04.2010.4.02.5101
9300214373
0011282-75.2014.4.02.5101
0116917-11.2015.4.02.5101
0005591-17.2013.4.02.5101
0033433-74.2010.4.02.5101

RENAJUD

00335627420134025101 INATIVA(S)
00330664520134025101
INATIVA(S)
01540104220144025101
INATIVA(S)
00249322920134025101 INATIVA(S)
200951010075009 INATIVA(S)
00330664520134025101 INATIVA(S)
00071949620114025101 INATIVA(S)
200251010001913 INATIVA(S)
200851010016414 INATIVA(S)
00071949620114025101 INATIVA(S)
00095688520114025101 ATIVA(S)
200951010075009 PARCIALMENTE ATIVA(S)/INATIVA(S)
00041229620144025101 INATIVA(S)
01540104220144025101 INATIVA(S)
200251010001913 PARCIALMENTE ATIVA(S)/INATIVA(S)
200551010001379 ATIVA(S)
200851010124612 ATIVA(S)
200951010022923 ATIVA(S)
00004169620104025117 ATIVA(S)
00043922320144025101 INATIVA(S)
00066370720144025101 ATIVA(S)
00325849720134025101 ATIVA(S)
00071949620114025101 PARCIALMENTE ATIVA(S)/INATIVA(S)
00121790620144025101 ATIVA(S)
00126640620144025101 ATIVA(S)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00317032320134025101 ATIVA(S)
200351010189130 ATIVA(S)
200851010143485 ATIVA(S)”

Fonte: Questionário pré-correição (item 4.4.2, e).

→ LEILÕES

(Arts. 270 A 290 da CNCR)

O juízo correicionado informa que será realizado o seguinte leilão:

“Processo nº 2004.5101022166-1 – Leilão designado para o dia 03/11/2016, às 14:00 horas.”

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, f).

→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS

(Artigos 356 a 358 da CNCR)

Total de bens penhorados: 10

Por amostragem, foi analisado, **eletronicamente**, o seguinte processo:

Processo: 0006137-43.2011.4.02.5101

Quantidade: 1

Exequente: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Valor do Débito: R\$ 30.824,72

Tipo do Bem: Apartamento

Valor do Bem: R\$ 1.580.000,00

Vara: 23VF



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Mandado: MAN.0023.000216-9/2016
Executado: WN DINNO CAMBIO E TURISMO LTDA
Data da Penhora: 10/09/2012 00:00
Quantidade de Bens diferentes: 1
Valor Total Dos bens: R\$ 1.580.000,00

Trata-se de Ação monitória proposta pela CEF em face de WN DINNO CAMBIO E TURISMO LTDA. Audiência de conciliação em 07/03/2012, onde foi proferida sentença homologando o acordo celebrado entre as partes e, em caso de inadimplemento, reconhecendo o crédito original da CEF, possibilitando as providências para execução do valor, nos termos do art. 475-J do CPC. Trânsito em julgado em 22/03/2012. Certidão em 21/01/2013, atestando que os réus não se manifestaram acerca da determinação de comprovação do cumprimento do julgado. Bloqueio BACENJUD sem êxito, em 29/04/2013. Bloqueio RENAJUD efetuado em 20/06/2013. Desbloqueada a penhora do veículo em 05/05/2015. Deferida a expedição de mandado de penhora e avaliação do imóvel apontado pela CEF, em 23/07/2015. Determinado, em 09/09/2016, a juntada de pesquisa de bens do executado. Último movimento foi devolução da remessa em 19/10/2016.

Fonte: Questionário pré-correição, item 4.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 03/08/2016 e consultas ao sistema Apolo. **Posição até 29/08/2016.**

➔ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

(Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; Manual de Bens Apreendidos, de 2011; Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005 e arts. 242 a 247 da CNCR)

Total de acautelamentos/apreensões: 80

Dos processos analisados, apenas dois processos foram relevantes para serem apreciados, nos termos do art. 242, § 1º, da CNCR, pois nos demais não constam da listagem quaisquer bens que possuam conteúdo econômico, ou que sejam



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

passíveis de perdimento ou expropriação, nem tampouco de utilização restrita ou proibida.

1) Processo: 00086306120094025101

Acautelamento nº 14/2010

Fls Processo: Folhas dos autos 17, 22, 27, 32, 38, 45, 52, 60, 68, 76, 84, 85, 93 e 94.

Localização: COFRE DA SECRETARIA

Bens acautelados : CHEQUE ITAÚ AA000067 KASHIMA COMERCIO I E LTDA R\$5.000,00; CHEQUE ITAÚ AA000066 KASHIMA COMERCIO I E LTDA R\$5.000,00; CHEQUE UNIBANCO 300064 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES R\$5.000,00; CHEQUE BANCO DO BRASIL 850059 IRIDIO DOMINGUES R\$900,00; CHEQUE UNIBANCO 300071 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES R\$5.000,00; CHEQUE UNIBANCO 300080 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES R\$5.000,00; CHEQUE UNIBANCO 300079 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES R\$5.000,00; CHEQUE UNIBANCO 300084 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES R\$3.160,00; CHEQUE UNIBANCO 300085 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES R\$3.160,00; CHEQUE UNIBANCO 300091 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES R\$2.565,00; CHEQUE UNIBANCO 300092 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES R\$2.565,00; CHEQUE UNIBANCO 400047 ADMIR PARRILHA R\$1.475,00; CHEQUE UNIBANCO 400049 ADMIR PARRILHA R\$1.475,00; CHEQUE UNIBANCO 300093 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES R\$5.000,00; CHEQUE UNIBANCO 300088 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES R\$5.000,00; CHEQUE UNIBANCO 300094 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES R\$5.000,00; CHEQUE UNIBANCO 300095 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES R\$5.000,00; CHEQUE UNIBANCO 400057 ADMIR PARRILHA R\$2.278,00; CHEQUE UNIBANCO 400056 ADMIR PARRILHA R\$2.267,00; CHEQUE UNIBANCO 300096 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES R\$2.625,00; CHEQUE UNIBANCO 300097 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES R\$2.625,00; CHEQUE UNIBANCO 300098 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES R\$5.000,00; CHEQUE UNIBANCO 300099 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

R\$5.000,00; CHEQUE ITAÚ FX-000190 LOURDES BAPTISTA DA SILVA R\$5.000,00; CHEQUE ITAÚ FX-000191 LOURDES BAPTISTA DA SILVA R\$5.000,00; CHEQUE ITAÚ FX-000199 LOURDES BAPTISTA DA SILVA R\$5.000,00; CHEQUE ITAÚ FX-000200 LOURDES BAPTISTA DA SILVA R\$5.000,00; CHEQUE ITAÚ FX-000198 LOURDES BAPTISTA DA SILVA R\$5.000,00; CHEQUE UNIBANCO 400006 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES R\$4.087,00; CHEQUE UNIBANCO 400004 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES R\$4.087,00; CHEQUE UNIBANCO 400002 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES R\$4.087,00; CHEQUE UNIBANCO 400062 ADMIR PARRILHA R\$4.170,00; CHEQUE UNIBANCO 400005 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES R\$4.087,00; CHEQUE UNIBANCO 400003 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES R\$4.087,00 e CHEQUE UNIBANCO 300100 RODOLPHO ZAMBROTTI GOMES R\$5.000,00 originalmente juntados às fls. 17, 22, 27, 32, 38, 45, 52, 60, 68, 76, 84, 85, 93 e 94 dos autos.

Trata-se de Ação monitória, protocolada pela CEF em face de VIAGUA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA., informando que firmou Contrato de Limite de Crédito para Operações de Desconto, na modalidade de Desconto de cheque pré-datado, cheque eletrônico pré-datado garantido e de duplicatas, através dos cheques acima relacionados. Uma vez tendo a parte demandada quedado-se inerte em resgatar os títulos não pagos, ingressou a CEF com a presente demanda, anexando os cheques à inicial. Último movimento foi juntada de petição em 21/10/2016.

2) Processo: 00240865120094025101

Acautelamento nº 08/2011

Fls Processo: 60 Livro: 1 Fls Livro: 24

Localização: COFRE DA SECRETARIA

Bens acautelados : Cheque nº 216469, banco 001, agência 2862-2, conta 563.513-6

Ação de consignação em pagamento em face da CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL autuada em 13/10/2009. Certidão de acautelamento do cheque em epígrafe às fls. 60 dos autos principais. Sentença às fls. 04/07 (autos eletrônicos), em 02/10/2013, determinando que “*proceda à Secretaria à*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

devolução ao autor do cheque acautelado (fls.60) mediante recibo nos autos, bem como dos autos em apenso (documentos juntados por linha).” Despacho em 16/07/2015 intimando pessoalmente o autor para comparecer à Secretaria, no prazo de 15 (quinze) dias a fim de retirar o cheque de sua propriedade que está acautelado no cofre desta Vara, bem como os documentos juntados por linha. Às fls. 259/260, em 31/03/2016, despacho nos autos principais determinando a devolução do cheque de propriedade do autor, acautelado no cofre desta Vara Federal (fl. 60), ao Gerente da Agencia do Banco do Brasil responsável pela cártula, face à inércia do autor. Despacho em 06/10/2016, ratificando a devolução do cheque de propriedade do autor, acautelado no cofre desta Vara Federal (fl. 60), ao Gerente da Agencia do Banco do Brasil responsável pela cártula, aguardando para tanto o fim da greve dos bancários, conforme determinados à fl. 261.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(Art. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário de pré-correição:

“As pastas e os livros obrigatórios e facultativos, mantidos por este Juízo, na forma dos artigos 147 a 154 do Provimento 11/2011, estão abaixo elencados, tendo sido todos devidamente inspecionados.

LIVROS OBRIGATÓRIOS

- *Livro de Ponto dos servidores*
- *Livro de Carga de Autos a Advogados*
- *Livro de Carga a Peritos*
- *Livro de Entrega de Autos às Partes sem Traslado*
- *Livro de Reclamações*
- *Livro de Cadastro de Bens Acautelados*

LIVROS FACULTATIVOS ADOTADOS

- *Livro de Registro de Advogados Atendidos no Gabinete*
- *Livro de Remessa de expedientes e processos a outras Varas*

PASTAS OBRIGATÓRIAS - SECRETARIA

- *Pasta de Guias de Processos remetidos à SEDCP*
- *Pasta de Guias de Processos recebidos da SEDCP*
- *Pasta de Processos Remetidos à Contadoria*
- *Pasta de Processos Recebidos da Contadoria*
- *Pasta de Plantão*

PASTAS FACULTATIVAS – SECRETARIA

- *Pasta de Relatórios de Inspeções do Juiz*
- *Pasta de Requisitórios Solicitados ao TRF2*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- *Pasta de Processos Recebidos do Arquivo*
- *Pasta de Processos Enviados ao Arquivo*
- *Pasta de Inspeção*
- *Pasta de Processos Remetidos ao MPF*
- *Pasta de Autos Remetidos à DPU*
- *Pasta de Processos Remetidos à AGU*
- *Pasta de Autos Enviados à PRF*
- *Pasta de Guias de Remessa de Petições Recebidas do Protocolo*
- *Pasta de Portarias*
- *Pasta de Processos Remetidos à PFN*
- *Pasta de Guias de Processos Recebidos do TRF*
- *Pasta de Processos Remetidos ao TRF-2ª Região*
- *Pasta de Processos Remetidos à CEF*
- *Pasta de Processos Remetidos e Recebidos de Outras Varas*
- *Pasta de Processos Remetidos à ECT*
- *Pasta de Remetidos ao BACEN*
- *Pasta de Circulares da 23ª Vara Federal*
- *Pasta de Correios*
- *Pasta de processos e documentos recebidos dos setores administrativos de apoio*

PASTAS FACULTATIVAS – GABINETE

- *Pasta de Ofícios Recebidos Diversos*
- *Pasta de Ofícios Recebidos Corregedoria*
- *Pasta de Ofícios Recebidos DIRFO*
- *Pasta de Atas de Audiências Juíza Titular.*
- *Pasta de Atas de Audiências Juíza Substituta.”*

Fonte: Questionário pré-correição, item 5 (OFÍCIO Nº JFRJ-OFI-2016/08978).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ESPAÇO FÍSICO

Segundo o Questionário de pré correção enviado através do ofício JFRJ-OFI-2016 08978, atualmente, existem três lâmpadas queimadas na Vara que não podem ser substituídas em razão da falta de reator, material este já solicitado há cerca de três meses. Além disso, a fiação fica exposta, o que aumenta o risco de acidente de trabalho.

Nada mais foi dito.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO

Metas de curto prazo (3 meses): aumentar o percentual de cumprimento da meta 1 para 97%; diminuir o acervo dos processos incluídos na "meta 2" para 10; aumentar o percentual de execuções baixadas (meta 5) em 10%.

Metas de médio prazo (6 meses): aumentar o percentual de cumprimento da meta 1 para 102%; diminuir o acervo dos processos incluídos na meta 2 para 6; aumentar o percentual de execuções baixadas (meta 5) em 20%.

Metas de longo prazo (1 ano): aumentar o percentual de cumprimento da meta 1 para 110%; zerar acervo dos processos incluídos na meta 2; aumentar o percentual de execuções baixadas (meta 5) em 40%.

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Isabelle Habbib Oliveira, mat. n.º

Simonetti Bolivar Muniz da Silva, Mat. n.º 11.892